

Por que a intransigência do Cruesp?

No passado, presenciamos greves que paralisaram as Universidades Paulistas por dois ou três meses, e acostumamo-nos a ver o descaso de governadores como Maluf e Quércia com a situação salarial dos docentes e funcionários, e mesmo com o ensino comprometido pela greve.

É surpreendente ver agora os próprios Reitores empregando as mesmas "táticas" de negociação que aqueles governadores de triste memória.

De início, buscaram postergar a discussão da pauta de reivindicação, como ficou claro na declaração de que não haviam lido a pauta. Depois, descreeram da possibilidade da greve, e da sua força. Agora, quando a greve

atinge o porte daquela de 88, buscam quebrar a força do movimento, negando-se a voltar à mesa de negociação.

Com isso querem minar a resistência e disposição de luta manifesta claramente pelos professores e funcionários, o apoio explícito dos estudantes e as manifestações positivas de vários segmentos da sociedade civil que já começam a se pronunciar a respeito, exigindo a reabertura de negociações.

Negar-se a negociar é uma tática inconcebível por parte de Reitores que jamais deveriam esquecer a responsabilidade do cargo a que se candidataram voluntariamente e para o qual foram eleitos.

1988 : S. O. S. - Universidade

1994 : S. O. S. - Universidade novamente ?

Há quase seis anos, as Universidades públicas paulistas viviam a maior crise de sua história. Foi nesse contexto que docentes, funcionários e alunos da Usp, Unesp e Unicamp, no bojo de uma greve, organizaram o evento S. O. S. Universidade, tornado simbólico pelo jeito de reunir a comunidade universitária e a comunidade civil. Conquistamos a autonomia. E o que aconteceu desde então?

À época do S. O. S. - 1988, dizíamos em um texto:

"As comunidades universitárias da Unicamp, Usp e Unesp, aprofundando a análise da situação durante os encontros que o movimento grevista lhes tem possibilitado, têm a obrigação histórica de alertar a população e o governo para o problema da sobrevivência das universidades públicas paulistas: a reivindicação salarial que levou à greve, é parte da questão, sem dúvida parte fundamental, mas apenas representa a tendência de destruição de uma conquista histórica."

Como se pode ver, a análise que fazíamos em 1988 se aplica à situação que vivemos em 1994. Não é a história que se repete : é que nada foi feito por parte das Reitorias para impedir que a situação das universidades se degradasse gravemente, mais uma vez. A sonhada autonomia, em que depositamos tantas esperanças, revelam-se um artifício formal e burocrático. Depositamos esperanças porque confiávamos que os Reitores assumissem, junto com a comunidade universitária, o compromisso de consolidar a autonomia "concedida" pelo governo do Estado. A autonomia seria a hora da verdade : orçamento transparente, prioridades definidas, responsabilidades compartilhadas. Mas a realidade tem sido outra.

O orçamento das universidades, resultado mais visível da autonomia, torna-se a peça emblemática e fonte de todos os nossos problemas. Não podemos permitir que este muro de lamentações seja sempre utilizado como argumento contra nossas reivindicações. As análises das planilhas orçamentárias feitas pelo Fórum das Seis apontam, pelo menos, duas questões fundamentais:

1- REPASSE MENSAL DE 9% DO ICMS

O governo do Estado repassa a quota mensal às universidades de modo parcelado, com base em uma avaliação subestimada do ICMS. A diferença em relação ao que foi de fato arrecadada é repassada sistematicamente com atraso e sem correção.

Na prática, isso significa que as 3 universidades recebem, continuamente, em valor mensal, um percentual inferior ao que têm direito por lei.

Por que não exigir o cumprimento da lei e o pagamento em dia do repasse?

Cabe aos Reitores defender as universidades e exigir, no mínimo, o cumprimento da lei por parte do governo.

Se o orçamento é considerado insuficiente para a manutenção dos salários de funcionários e docentes, é urgente que os Reitores se comprometam com iniciativas no sentido de viabilizar o funcionamento adequado das Universidades.

2 - AUSÊNCIA DE UMA POLÍTICA SALARIAL

O comprometimento do orçamento com os salários dos docentes e funcionários das três universidades, tem ficado sistematicamente abaixo do patamar de 85%, aceito como razoável pelas entidades e pelos reitores em anos anteriores.

A recusa do Cruesp em negociar uma política salarial com o estabelecimento de um índice de comprometimento do orçamento que garanta de modo efetivo a reposição das perdas, indica a intenção dos reitores em manter em patamares cada vez mais baixos o gasto total com salários (próximos dos 75%, como declarou o reitor da Unesp na última reunião de negociação) garantindo, assim, uma margem cada vez maior de recursos a serem aplicados livremente, sem qualquer conhecimento prévio e qualquer controle da comunidade acadêmica.

Como em 1988, vivemos um momento grave. Precisamos dar mais um passo, dessa vez em direção a uma autonomia concreta. Com orçamento transparente. Com negociação efetiva. Com salários dignos.

Resumo da planilha apresentada pelo Reitor na última reunião do Consu:

*Demonstrativo da execução financeira dos recursos orçamentários
período: Janeiro a Abril de 1994*

<i>Valores em Cr \$ 1.000,00</i>		<i>Acumulado</i>
<i>Liberação de cota parte ICMS</i>	<i>34.049.998</i>	
<i>Liberação de diferenças de ICMS</i>	<i>1.886.284</i>	
<i>Total (sem considerar aplicações financeiras)</i>	<i>35.936.282</i>	
<i>Despesas</i>		
<i>Pessoal</i>	<i>20.736.564</i>	
<i>Encargos sociais</i>	<i>4.072.574</i>	
<i>Total despesas com pessoal</i>	<i>24.809.138</i>	<i>69%</i>

Estes dados mostram que nos meses de janeiro a abril, a média do comprometimento da parcela do ICMS com os nossos salários na Unicamp foi de apenas 69%; patamar muito inferior aos 85% considerados, nos anos anteriores, como razoável pelos próprios reitores.

Movimento grevista na Unicamp:

Em reunião de 26/05/94, o nosso Comando de Greve avaliou que a paralisação atinge 80% da Unicamp. O Comando entende e aceita, neste momento, que a FCM e a FOP tenham encontrado dificuldades em paralisar totalmente suas atividades por atenderem a comunidade carente da região que não deveria ser mais uma vez penalizada pelo descalabro da falta de uma política salarial. No entanto, esta situação deverá ser reavaliada na medida que as intransigências na abertura das negociações com o Cruesp continue.

A greve nas Unidades:

FEE 95%	FEA 90%	COTUCA 90%	IQ 90%	FE 99%
FEAGRI 95%	FCM 20 / 30%	FEC 100%	IFGW 40%	IFCH 100%
FEQ 50%	IB 80%	IA 100%	IMECC 30%	IEL 100%
FEM 90%	FOP Não parou	IG 100%	IE 70%	

Ampliar o movimento para a sociedade

O Conselho de Representantes Ampliado, a partir da análise do movimento nas diferentes unidades, decidiu criar várias Comissões de Trabalho com o objetivo de ampliar a greve e tirar o movimento dos muros da Universidade. A proposta analisada, que já começou a ser implementada é a de retomar o movimento SOS UNIVERSIDADE, de 1988, com o caráter de defesa da Universidade, pela reabertura de negociações do CRUESP com o FORUM e contra a intransigência dos reitores.

Comissões de trabalho:

- DIVULGAÇÃO

Marcela (Adunicamp/ IB) - Tânia (IEL) - Lica (IB) - Rafael (FEE) - Tucunduva (FEAGRI)

- REDAÇÃO

Wanderley (Adunicamp/ IEL) - Cecília (FEAGRI) - Denise (IEL)

- BOLETIM

Ângela (IFCH) - Paulo (FEE)